

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 76

Poder Legislativo

Recife, sábado, 7 de maio de 2005

Mais rigor na venda de peças e acessórios de carros usados

Lei promulgada pela Alepe exige registro de estabelecimento no Detran e na Polícia

A partir de agora, os estabelecimentos que executam o desmonte de veículos ou a venda de peças e acessórios usados ou reconicionados em Pernambuco devem estar registrados no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos. A obrigatoriedade está prevista na Lei nº 12.798, promulgada pela Assembléia Legislativa e publicada no Diário Oficial no último dia 3. A iniciativa foi do deputado Izaías Régis (PTB).

O parlamentar argumentou que a medida dificultará o desmonte de carros roubados e a venda de suas peças. "É de conhecimento notório que vários desmanches funcionam clandestinamente, sendo usados para o desmonte de veículos roubados. Queremos coibir os



RINALDO MARQUES

DESMANCHES - Prazo definido para se cadastrarem adequadamente

pontos de comércio e a venda de mercadorias ilegais", afirmou.

A legislação prevê, ainda, que os estabelecimentos em funcionamento providenciem o registro no prazo

máximo de 30 dias, a partir da publicação da lei. Para obter o cadastro nos órgãos competentes, é necessária a apresentação de uma petição acompanhada de cópias do registro na Junta Comer-

cial de Pernambuco (Jucepe) e do CNPJ da empresa. A autorização de funcionamento deve ser afixada em local visível na sede do estabelecimento, a fim de facilitar a fiscalização.

A medida define, também, que os ferros-velhos tenham controle dos produtos comercializados, por meio de registro em livros próprios, de cada veículo desmontado e da quantidade e descrição

das peças aproveitadas, bem como informações sobre sua procedência e destino. Para os infratores, as multas variam entre R\$ 1 mil e R\$ 200 mil, além da interdição do local.



FERNANDO SILVA

IZAÍAS RÉGIS - Iniciativa visa coibir comércio de produtos roubados

Integração

Legislativo promove oficina sobre gestão

Dinâmicas de grupo visando à integração de funcionários da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) foram vivenciadas na oficina *Suporte para uma Boa Gestão*, promovida pela Superintendência Geral da Casa. O encontro, que ocorreu na manhã da última quinta-feira (5), no auditório do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em Santo Amaro, teve a participação de superintendentes, assistentes e chefes de departamentos da Alepe.

A superintendente-geral da Casa, Eva de Andrade Lima, e a relações públicas Mau-

Evento foi realizado no Senai, em Santo Amaro

ricéia Ramos coordenaram a oficina. Elas falaram sobre as relações humanas, ressaltando a importância da boa convivência, da tolerância, do ato de elogiar, da competência e da dimensão espiritual. "Esta é uma ótima oportunidade de aproximar os funcionários e integrá-los", ressaltou Eva.

Os grupos participaram de dinâmicas, com recortes de revistas e desenhos, e também discutiram diversos temas. O diretor do Senai em Pernambuco, Antônio Carlos Aguiar, elogiou a iniciativa e deu boas-vindas aos funcionários.



RINALDO MARQUES

ATIVIDADE - Superintendente-geral da Casa, Eva Andrade (c), foi uma das coordenadoras

Mensagem

MENSAGEM nº 057/2005

Recife, 06 de maio de 2005.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei em anexo, que tem por objetivo alterar os artigos 48 e 49 da Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995, que institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, aprova a sua Lei Orgânica, dispõe sobre medidas de natureza administrativa e dá outras providências.

A modificação a ser implementada tem por escopo disciplinar as licenças dos Conselheiros, visando a adequada organização e funcionamento do Conselho Distrital.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 6 de maio de 2005.**

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 937/2005

Ementa: Dá nova redação aos artigos 48 e 49 da Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os artigos 48 e 49 da Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.....
.....

III – para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, por prazo determinado, não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

IV – para exercer cargo de Diretor Distrital.

Art. 49. Nos casos de vaga ou licença de Conselheiro, para tratar de assuntos particulares, com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e nos casos de licença médica por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, o Presidente do Conselho Distrital convocará o suplente, observada a ordem dos candidatos mais votados na eleição correspondente.

§ 1º Havendo necessidade de substituição do conselheiro dar-se-á pela convocação do primeiro nome mais votado da lista de apuração dos votos da eleição mais recente e, no caso de empate, será convocado o candidato mais idoso.

§ 2º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 05 (cinco) dias, salvo motivo justo aceito pela Mesa do Conselho, na forma que dispuser o Regimento Interno.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 6 de maio de 2005.**

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Élio Wanderley de Siqueira (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditoria,** Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Expediente,** Natália Câmara. **Chefe de Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena. **Editora:** Andréa Tavares. **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues. **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior. **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins. **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros. **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos. **Estagiários:** Amanda Seabra, Bruna Reis, Eva Farias, Larissa Rodrigues. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ETTORE LABANCA, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, NO GRANDE EXPEDIENTE DA REUNIÃO DO DIA 14 DE MARÇO DE 2005.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

A iniciativa do deputado Pedro Eurico (PSDB) em trazer para este Plenário a discussão sobre a Reforma Universitária no Brasil é louvável, por permitir que matéria de tanto relevo seja debatida pelos deputados que compõem a Assembléia Legislativa de Pernambuco.

O movimento para a Reforma Universitária baseia-se em vários pontos, entre os quais:

* Fortalecimento da universidade pública, considerando a expansão sem controle das universidades privadas, a partir da década de 90.

* Impedimento da mercantilização do Ensino Superior. O Governo Federal insiste que o ensino não é mercadoria e sim, um bem público. A reforma, porém, garantiria a continuidade do ensino particular superior, ficando o setor regulado pelo Estado.

A realidade brasileira é preocupante. Enquanto países como os Estados Unidos têm 50% e o Canadá, 62% dos jovens cursando o Ensino Superior, apenas 9% dos brasileiros chegam às universidades. A reforma quer democratizar o acesso de jovens de baixa renda.

Isso porque, um povo que não investe em educação e cultura está fadado a permanecer nos limites do atraso, submetendo-se às nações que buscam, no conhecimento, ultrapassar fronteiras, atingindo níveis cada vez maiores de desenvolvimento. Os exemplos são inúmeros e está definitivamente provado que, diante dos constantes avanços tecnológicos, num mundo globalizado, a preparação das gerações é o único caminho a ser seguido pelos governos.

É oportuno lembrar o grave episódio ocorrido recentemente em São Paulo, quando noventa e dois por cento dos advogados examinados pela OAB/SP foram reprovados. Isso é um fato muito sério, que exige reflexão e não pode passar despercebido do País, especialmente agora, quando a Reforma Universitária está sendo debatida. O tema é polêmico, sugere amplos exames e questionamentos e deve ser realmente analisado e estudado à exaustão.

A Reforma Universitária prevê eleição de reitores, número mínimo de doutores e mestres para cada universidade, autonomia de gestão nas unidades federais. A Constituição brasileira determina a participação da iniciativa privada, porém sob o controle de um plano nacional de educação. Entretanto, o quadro real é complexo. O Ensino Superior cresceu sem planejamento, sem regulamentação e hoje tem grande importância econômica no País, provocando intensa disputa pelo mercado educacional. Em consequência, para cerca de 200 instituições públicas superiores no Brasil, funcionam, aproximadamente, 1600 particulares.

A discussão sobre a Reforma Universitária é oportuna e esperamos que a Assembléia Legislativa possa dar sua contribuição, com críticas e sugestões sobre o que há de melhor a ser feito nas áreas do Ensino Básico e Superior.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ETTORE LABANCA, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, NO GRANDE EXPEDIENTE DA REUNIÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 2005.

Dia do Índio

Por iniciativa da deputada Dilma Lins (PL), o Grande Expediente Especial desta tarde é dedicado às comemorações do Dia do Índio – 19 de Abril -, instituído como um alerta em defesa da dignidade e da preservação dos povos indígenas.

Desde os séculos XV e XVI, a História vem registrando perseguições contra os indígenas em todos os continentes, que resultaram no extermínio de diversas etnias por conquistadores, como ocorreu na América do Sul, com a colonização dos portugueses e espanhóis. Quando aqui chegaram os lusitanos, três milhões de indígenas habitavam estas terras. Hoje, segundo cálculos da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem no Brasil apenas cerca de 260 mil descendentes de 120 etnias.

No Brasil, as disputas envolvendo posseiros, agricultores e empresários continuam desafiando a política governamental de assistência aos índios, especialmente na Região Norte. Ocorreram progressos com a criação de reservas, serviços de acompanhamento médico, participação de ONGs, embora muito precise ainda ser feito para que os nossos índios consigam viver em paz, mantendo sua tradição e cultura.

Para esses povos, a terra é um bem coletivo, destinado a produzir as necessidades dos membros da sociedade e todos têm o direito de utilizar os recursos do meio ambiente.

Entre as ações desenvolvidas pela Funai, está o Programa de Artesanato Indígena, que coloca à venda, em oito pontos no Brasil, trabalhos originais confeccionados por cem diferentes etnias. Os índios utilizam matéria-prima natural, sem agredir o meio ambiente. Trata-se de uma importante iniciativa na política do Governo Federal em apoio às 120 reservas existentes no País.

Já o Conselho Indigenista Missionário, entidade que tem apoio da Igreja Católica em defesa dos direitos dos índios, pede a demarcação de mais 11 reservas no País, além da criação de um Conselho para Políticas Indígenas, fortalecendo, assim, as reivindicações das etnias brasileiras. O Governo Federal afirma já haver reconhecido a posse de 43 dessas áreas, mas a entidade contesta os dados oficiais.

Pernambuco não fica fora dos problemas, com tribos lutando tenazmente em busca de seus direitos e pela posse de terras. O Estado já registrou conflitos graves, como o que culminou na morte do cacique Chicão, em maio de 1998, no município de Pesqueira, que teve repercussão nacional.

Com o requerimento da deputada Dilma Lins, a Assembléia Legislativa contribui, por meio do debate, para a busca de soluções no enfrentamento desses problemas.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ NA REUNIÃO DO DIA 18 DE ABRIL DE 2005.

FALTA UM GOVERNADOR LÍDER

O processo de desenvolvimento de Pernambuco não tem sido capaz de responder às grandes questões do povo. Há uma fantasiosa propaganda desenvolvimentista que não altera a vida do pernambucano.

O anunciado aumento das tarifas da CELPE, se vigorar, trará reflexos desastrosos sobre uma economia frágil, merecendo repetir, com impacto sobre uma população cuja metade vive abaixo da linha de pobreza.

As obras de visibilidade alavancam a imagem do governo, mas só mereceriam o devido destaque se o programa governamental fosse igualmente amplo e eficiente nas áreas das políticas públicas.

Não é o que acontece. Lamentavelmente, temos reiterado pela enésima vez, somando a nossa voz à dos companheiros que igualmente assim se manifestam, que a saúde oferecida ao povo compromete o governante e ofende a dignidade do cidadão. Em síntese, é uma vergonha.

A educação foi condenada por organismos internacionais, em contra-ponto à badalação publicitária, enganando o povo. A segurança transformou-se num desafio ao governo, e o próprio Secretário de Segurança declara que não há mais nada a fazer.

O desequilíbrio nas finanças demonstra o desacerto governamental, incapaz de gerir o Estado, tendo tido R\$ 2 bilhões da CELPE e não alcançando, depois de seis anos, o equilíbrio nas contas públicas.

Neste contexto, entra a elevação de tarifas da CELPE. Pernambuco não suporta o impacto com reflexos perigosos sobre sua economia e efeitos devastadores sobre a economia popular.

Mesmo que abstraissemos culpados no processo de privatização da CELPE, o que lamentamos é a omissão do governador, no debate. Sua passividade merece ser condenada. Sua voz calou a espera de uma solução conquistada pela Comissão Especial desta Assembléia Legislativa e os movimentos organizados, numa demonstração de fraqueza e acomodação, numa “mea culpa” talvez inconsciente.

Estamos solidários com o Partido Socialista Brasileiro, quando denunciou os erros do processo de privatização. Estamos solidários com o PSB porque teve a coragem de falar em defesa do povo e do Estado.

Falta a Pernambuco um governante corajoso, pois, mesmo que a CELPE tivesse razão, a força do governo estadual deveria fazer-se sentir, aqui e junto a ANEEL, para, determinadamente, afirmar que Pernambuco não pode pagar a elevação da tarifa e pronto.

Afora a sua forma de fazer política, Pernambuco necessita de um Antônio Carlos Magalhães, que sabe dar murro na mesa em defesa do povo baiano e do seu Estado.

O governador de Pernambuco mostra-se fraco nas horas decisivas, por isso somos contrários à visita, em comissão, ao governante, pois, sua omissão é deliberada, faltando sensibilidade para a gravidade do problema, que ameaça a economia do Estado e a população.

Cabe, igualmente, as lideranças nacionais de Pernambuco, numa intervenção junto ao governo federal, para que a ANEEL não seja mediadora da CELPE, pois, tecnicamente, há saída para a crise, desde que o governo federal também não seja passivo diante de tão grave descaso.

Encerro este pronunciamento solidário ao PSB e aos seus líderes, reiterando que a fraqueza do governador neste episódio da CELPE revela a falta de uma liderança ativa e independente para dirigir o bravo povo Pernambuco.

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA
JACILDA URQUISA NA REUNIÃO
DO DIA 11 DE ABRIL DE 2005.**

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Quero hoje falar de um importante projeto do Governo do Estado que é o Programa de Infra -Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife, o PROMETRÓPOLE..

É um programa do Governo do Estado de Pernambuco, a ser executado em cooperação com a Companhia Estadual de Saneamento – COMPESA e com diversas entidades da administração direta e indireta das Prefeituras do Recife e de Olinda e está previsto para ser executado em 05 anos a um custo de 84 milhões de dólares e beneficiará um total de 35 mil famílias, cerca de 154 mil pessoas, em 13 localidades pobres da Bacia do Beberibe, abrangendo os já referidos municípios. Desses 84 milhões de dólares, 46 milhões referem-se ao empréstimo do governo do Estado junto ao Banco Mundial; 21 milhões é a contrapartida do Estado; 13,5 milhões da Prefeitura do Recife e 3,5 milhões da Prefeitura de Olinda.

Este programa está focado em áreas de comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife, inseridas na Bacia do Beberibe e visa promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas comunidades.

Ressalta-se que a concepção do projeto, no que tange a Olinda, deu-se na Secretaria de Planejamento da Prefeitura, sob minha administração, que estabeleceu, inclusive nas áreas do Município, mais precisamente o bairro de Passarinho, que seriam trabalhadas pelo PROMETRÓPOLE.

E quero ressaltar este fato, porque, de repente, parece que o PROMETRÓPOLE tem dono ou mãe, que o Governo do Estado é mero coadjuvante, quando na verdade é o autor do projeto, levado pela Dra. Amélia Reinaldo para Secretaria de Planejamento do Estado, após discutir com as comunidades olindenses como seria a implantação de ações integradas de infra- estrutura urbana nas suas áreas.

Para dirimir dúvidas, cuidei de oficiar a Dra. Sheilla Pincovski de Lima Albuquerque, Diretora Presidente da Agência Estadual de Planejamento Pesquisa e Pesquisa de Pernambuco, solicitando uma cópia do projeto PROMETRÓPOLE, que nos foi enviado, e contém os dados por mim aqui citados, e todo mapa das áreas que receberão intervenções.

A comunidade que vem sendo a grande parceira é a de Passarinho, em Olinda, com a participação da Associação de Moradores e do Conselho de Idosos do bairro, que promovem reuniões e esclarecem aos habitantes da área o andamento do projeto.

O PROMETRÓPOLE é um projeto sério, concebido por profissionais responsáveis e conduzido por órgãos de respeitabilidade, e não pode ser usado indevidamente para beneficiar político de quem quer que seja, pois já há “ engenharia de obra feita,” que já começou a dizer que PROMETRÓPOLE existe graças a sua administração.

Vamos “ dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.” Que cada um faça suas obras, cumpra com sua obrigação de governante, mas que respeite as obras dos outros para que venha a ser também respeitado.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Governo do Estado pelo trabalho que vem desenvolvendo para a implantação do PROMETRÓPOLE, programa que, sem úvida nenhuma, melhorará a qualidade de vida da população da bacia do Rio Beberibe..

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO
GERALDO COELHO NA REUNIÃO
DO DIA 04 DE MAIO DE 2005.**

IBGE – PETROLINA.

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Venho novamente a esta Tribuna para falar de Economia e Desenvolvimento Econômico.

O IBGE divulgou dados enaltecendo a minha Petrolina, uma das cidades de maior crescimento do PIB, no Brasil.

É a 8ª cidade no agronegócio.

Muito bom para o Vale e de muita grandeza para Pernambuco, imanando-se com o Recife que é o 11º PIB do Brasil.

Nada acontece por acaso. Tudo começou com a visão telúrica de Nilo Coelho, reivindicando da SUDENE as pesquisas de irrigação, nos idos de 60. Quando Governador, levou o Presidente do Banco Mundial, Sr. Macnamara a Petrolina o qual deu um grande estímulo à continuidade dos experimentos de irrigação, afirmando que Petrolina seria a Califórnia do Brasil.

A Califórnia é a 5ª economia do mundo.

Estamos no bom caminho, pois agora nos sobressaimos perante o Brasil.

São dados de 2002 e a surpresa será bem maior na próxima pesquisa, pois o mundo empreendedor e empresarial dos

brasileiros e dos países estrangeiros, está a cada dia investindo com muita tecnologia e muito incentivo financeiro.

Senhores, me permitam que seja vaidoso. Ninguém é sozinho. A política que fazemos em Petrolina e no Vale do São Francisco é um somatório da família Coelho e de parceiros leais de todas as camadas sociais.

Houve o cuidado responsável e visionário de preparar a infraestrutura física da região e também a estrutura intelectual. Paralelamente às ações financeiras houve investimentos nas áreas de educação e saúde.

Petrolina é o 2º Pólo Médico do Estado e única cidade do interior de Pernambuco com uma Universidade.

Não quero descer a maiores detalhes, pois em verdade gostaria que os colegas Deputados aceitassem um convite para nos visitar e assim ver de perto as nossas potencialidades.

Mas Senhores, quero destacar duas lideranças que embora contrários politicamente, trabalham com afinco, impulsionando o desenvolvimento do Vale do São Francisco: Deputado Osvaldo Coelho e Prefeito Fernando Bezerra que também atuam aliados a todos os Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores e sobretudo empresários os mais diversificados.

E para encerrar, faço um destaque especial ao meu colega Sérgio Leite, que lidera a campanha contra a alta abusiva da energia. O maior insumo da irrigação é a energia que movimenta a água. Antes do anúncio do aumento, eu estava dando apoio aos Distritos de Irrigação do Projeto Nilo Coelho para que as baixas taxas cobradas no período da madrugada se estendessem durante o dia para os pequenos colonos.

Surge, então o impacto de um aumento de 40%.

Isso não pode acontecer, pois irá trazer repercussão altamente negativa para os agronegócios.

Meus amigos: vamos em frente com a nossa Petrolina, cidade mais dinâmica de Pernambuco em 2004, na ótica da “Gazeta Mercantil”, e agora detentora do 8º PIB Nacional do agronegócio.

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA
CARLA LAPA, NA REUNIÃO DO
DIA 28 DE ABRIL DE 2005.**

DIA INTERNACIONAL DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DO TRABALHO E DE DOENÇAS PROFISSIONAIS.

SENHOR PRESIDENTE

SENHORAS DEPUTADAS

SENHORES DEPUTADOS

DEMAIS PRESENTES

NO DIA 28 DE ABRIL DE 1969, OCORREU UMA EXPLOSÃO NA MINA DE FARMINGTON - VIRGINIA - ESTADOS UNIDOS, ONDE MORRERAM 78 MINEIROS. A PARTIR DAÍ ESSE DIA PASSOU A SER LEMBRADO COMO O DIA EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DAS MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

DESDE 1995, ESTA DATA VEM SENDO LEMBRADA COMO O DIA DE **MEMÓRIA DOS TRABALHADORES VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRABALHO, DE DOENÇAS PROFISSIONAIS** E DAS FORMAS DEGRADANTES DE TRABALHO. O OBJETIVO DESTA DATA É DAR VISIBILIDADE À GRAVIDADE DE UM PROBLEMA QUE, LONGE DE SER DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES COMO TRADICIONALMENTE É EXPRESSO NAS DENOMINAÇÕES DE ATO INSEGURO, FALHA HUMANA ETC, É FUNDAMENTALMENTE DE ORDEM SOCIAL E POLÍTICA.

APROXIMADAMENTE DOIS MILHÕES DE HOMENS E MULHERES MORREM POR ANO DEVIDO A ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO, DENTRE OS QUAIS 22 MIL SÃO CRIANÇAS TRABALHADORAS. NO MUNDO, OCORREM ANUALMENTE 270 MILHÕES DE ACIDENTES DE TRABALHO E 160 MILHÕES DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO. ESSAS OCORRÊNCIAS CHEGAM A COMPROMETER 4% DO PIB MUNDIAL. AINDA SEGUNDO A OIT, TODOS OS DIAS MORREM, EM MÉDIA, 5000 PESSOAS DEVIDO A ACIDENTES OU DOENÇAS RELACIONADAS COM O TRABALHO.

NO BRASIL, EM 2003, FORAM REGISTRADOS 390 MIL CASOS DE ACIDENTES E DOENÇAS NO TRABALHO, QUE RESULTARAM EM 2582 MORTES DE TRABALHADORES. ESSES DADOS, PORÉM, SÃO PARCIAIS, POIS REFLETEM APENAS O QUE ACONTECE ENTRE OS TRABALHADORES DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO. FICAM FORA DAS ESTATÍSTICAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A TRABALHADORES RURAIS, SERVIDORES PÚBLICOS E A UM ENORME CONTINGENTE DE HOMENS E MULHERES QUE EXERCEM ATIVIDADES PARA O SUSTENTO PRÓPRIO E DE SEUS DEPENDENTES.

DIANTE DESSES FATOS, GOVERNOS, EMPREGADORES E TRABALHADORES, PRESENTES À CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, EM JUNHO DE 2003, EM GENEBRA, RESSALTARAM QUE A PREVENÇÃO DAS LESÕES, DOENÇAS, INCAPACIDADE E MORTES RELACIONADAS AO TRABALHO É UMA NECESSIDADE IMPERATIVA E SOLICITARAM À OIT QUE ADOTASSE MEDIDAS IMEDIATAS.

NA PASSAGEM DO DIA MUNDIAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, A OIT PRETENDE COLOCAR EM RELEVO A IMPORTÂNCIA DA “CRIAÇÃO DE PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PREVENÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE”, DE FORMA A CONSCIENCIALIZAR A SOCIEDADE SOBRE ESSA QUESTÃO E FOMENTAR MEDIDAS PARA A ELIMINAÇÃO, REDUÇÃO E PREVENÇÃO DAS MORTES E DAS LESÕES RELACIONADAS AO TRABALHO.

NESSE SENTIDO, A FUNDACENTRO E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, APRESENTAM UMA PROPOSTA, QUE VAI ALÉM DA CELEBRAÇÃO PURA E SIMPLES DA DATA E, MESMO DA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA, TRAZEM CONSIGO O COMPROMISSO DO GOVERNO FEDERAL COM A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

INFELIZMENTE, A REALIDADE NOS DIZ QUE NÃO TEMOS MUITO QUE DESTACAR NESTE SENTIDO, A NÃO SER O INTERESSE DAQUELES QUE SE VOLTAM A DEBATER A QUESTÃO, A FIM DE TENTAR VIABILIZAR UMA ALTERNATIVA EFICAZ NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO TRABALHO. O TRABALHADOR, ALÉM DAS SUAS PROTEÇÕES LEGAIS NO CAMPO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS, PRECISA TER ASSEGURADO A PROTEÇÃO AO SEU MAIOR BEM, SUA SAÚDE.

MUITO OBRIGADA.

Portaria

PORTARIA Nº 192

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Art. 2º da lei nº 11.424, de 07.01.97 e nos termos do Art. Nº210/95, do Presidente deste Poder;

RESOLVE: designar **JURACY XAVIER DA SILVA**, Pregoeiro, e **JOSILENE CAVALCANTI CORREIA**, e **CLÁUDIA MARIA LAPA DE SÁ CÂMARA**, Como equipe de Apoio, a partir do dia 05 de maio de 2005.

Secretaria da Assembléia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Recife, 06 de maio de 2005.

Deputado **JOÃO NEGROMONTE**
Primeiro Secretário

ESTRUTURA PARLAMENTAR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA:

Deputado Romário Dias	-	Presidente
Deputado Ettore Labanca	-	1º Vice - Presidente
Deputado Raimundo Pimentel	-	2º Vice - Presidente
Deputado João Negromonte	-	1º Secretário
Deputado Guilherme Uchôa	-	2º Secretário
Deputado Sérgio Leite	-	3º Secretário
Deputada Carla Lapa	-	4º Secretário

LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS

GOVERNO

Deputado Bruno Araújo	-	Líder
Deputado Henrique Queiroz	-	Vice-Líder

OPOSIÇÃO

Deputado Augusto César	-	Líder
Deputado Isaltino Nascimento	-	Vice - Líder

PFL (11 membros)

Deputado Augusto Coutinho	-	Líder
Deputado Ciro Coelho	-	1º Vice - Líder
Deputado Elias Lira	-	2º Vice - Líder

PSDB (06 membros)

Deputado Pedro Eurico	-	Líder
Deputado Antônio Moraes	-	Vice-Líder

PMDB (06 membros)

Deputada Jacilda Urquiza	-	Líder
Deputado Marcantônio Dourado	-	1º Vice - Líder

PTB (05 membros)

Deputado Izaías Régis	-	Líder
Deputada Malba Lucena	-	Vice-Líder

PT (04 membros)

Deputada Teresa Leitão	-	Líder
Deputado Roberto Leandro	-	Vice-Líder

PSC (02 membros)

Deputado Pastor Cleiton Collins	-	Líder
Deputado Antônio Figueiróa	-	Vice-Líder

PSB (03 membros)

Deputado Aglailson Júnior	-	Líder
Deputado João Fernando Coutinho	-	Vice-Líder

PP (02 membros)

Deputada Ana Cavalcanti	-	Líder
-------------------------	---	-------

PDT (02 membros)

Deputado José Queiroz	-	Líder
-----------------------	---	-------

PPS (01 membro)

Deputado Betinho Gomes	-	Líder
------------------------	---	-------

PL (01 membro)

Deputada Dilma Lins	-	Líder
---------------------	---	-------

PRP (01 membro)

Deputado Soldado Moisés	-	Líder
-------------------------	---	-------

PC do B (01 membro)

Deputado Nelson Pereira	-	Líder
-------------------------	---	-------

PV (01 membro)

Deputado Lourival Simões	-	Líder
--------------------------	---	-------

PMN (01 membro)

Deputado Silvio Costa	-	Líder
-----------------------	---	-------

PRTB (01 membro)

Deputada Ana Rodovalho	-	Líder
------------------------	---	-------

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES:

1ª COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO BRUNO RODRIGUES	PSDB - PRESIDENTE
DEPUTADO ALF	PTB – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO	PFL
DEPUTADO CIRO COELHO	PT
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PMDB
DEPUTADA JACILDA URQUISA	PDT
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	PSDB
DEPUTADO PEDRO EURICO	PFL
DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR	PT

SUPLENTES

DEPUTADO ADELMO DUARTE	PARTIDO
DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR	PFL
DEPUTADA AURORA CRISTINA	PTB
DEPUTADO BRUNO ARAÚJO	PMDB
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PSDB
DEPUTADO ROBERTO LIBERATO	PV
DEPUTADO SILVIO COSTA	PFL
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS	PMN
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PRP
	PT

2ª COMISSÃO: FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO	PFL – PRESIDENTE
DEPUTADO ADELMO DUARTE	PFL – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES	PSDB
DEPUTADO GERALDO COELHO	PFL
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ	PP
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO	PMDB
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO	PT
DEPUTADO SILVIO COSTA	PMN

SUPLENTES

DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PARTIDO
DEPUTADA ANA RODOVALHO	PP
DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR	PRTB
DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO	PTB
DEPUTADO CIRO COELHO	PFL
DEPUTADO IZAIAS RÉGIS	PFL
DEPUTADO NELSON PEREIRA	PTB
DEPUTADO MANOEL FERREIRA	PC do B
DEPUTADO RICARDO TEOBALDO	PFL
	PMDB

3ª COMISSÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	PDT – PRESIDENTE
DEPUTADA AURORA CRISTINA	PMDB – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO BETINHO GOMES	PPS
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI	PFL
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PT

SUPLENTES

DEPUTADO BRUNO ARAÚJO	PARTIDO
DEPUTADO BRUNO RODRIGUES	PSDB
DEPUTADO NELSON PEREIRA	PSDB
DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR	PC do B
DEPUTADO SILVIO COSTA	PFL
	PMN

4ª COMISSÃO: NEGÓCIOS MUNICIPAIS

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO IZAIAS RÉGIS	PTB – PRESIDENTE
DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÓA	PSC – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADA ANA RODOVALHO	PRTB
DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR	PSB
DEPUTADO MANOEL FERREIRA	PFL

SUPLENTES

DEPUTADA CEÇA RIBEIRO	PARTIDO
DEPUTADO CIRO COELHO	PFL
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS	PMDB
DEPUTADO GERALDO COELHO	PFL
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	PDT

5ª COMISSÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO ROBERTO LIBERATO	PFL – PRESIDENTE
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PT – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO GERALDO COELHO	PFL
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PV
DEPUTADO SILVIO COSTA	PMN

SUPLENTES

DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PARTIDO
DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR	PP
DEPUTADA JACILDA URQUISA	PTB
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI	PMDB
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO	PFL
	PT

6ª COMISSÃO: DEFESA DO MEIO AMBIENTE

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO RICARDO TEOBALDO	PMDB – PRESIDENTE
DEPUTADA CEÇA RIBEIRO	– VICE-PRESIDENTE
DEPUTADA DILMA LINS	PL
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PV
DEPUTADO	PMN

SUPLENTES

DEPUTADA ANA RODOVALHO	PARTIDO
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ	PRTB
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PP
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	PT
DEPUTADO PEDRO EURICO	PDT
	PSDB

7ª COMISSÃO: AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO FERNANDO LUPA	PSDB – PRESIDENTE
DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR	PTB – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADA AURORA CRISTINA	PMDB
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ	PP
DEPUTADO IZAIAS RÉGIS	PTB

SUPLENTES

DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS	PARTIDO
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO	PMDB
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PSB
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI	PV
DEPUTADO NELSON PEREIRA	PFL
	PC do B

8ª COMISSÃO: SAÚDE

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI	PFL – PRESIDENTE
DEPUTADO NELSON PEREIRA	PC do B – VICE-
PRESIDENTE	
DEPUTADO ADELMO DUARTE	PFL
DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PP
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PT

SUPLENTES

DEPUTADO ELIAS LIRA	PARTIDO
DEPUTADA AURORA CRISTINA	PFL
DEPUTADO IZAIAS RÉGIS	PMDB
DEPUTADO MARCANTONIO DOURADO	PTB
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO	PMDB
	PT

9ª COMISSÃO: CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB – PRESIDENTE
DEPUTADA DILMA LINS	PL – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR	PTB
DEPUTADO BRUNO RODRIGUES	PSDB
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS	PSC

SUPLENTES

DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR	PARTIDO
DEPUTADO BETINHO GOMES	PSB
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS	PPS
DEPUTADO GERALDO COELHO	PMDB
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PFL
	PT

10ª COMISSÃO: DEFESA DA CIDADANIA

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO	PT – PRESIDENTE
DEPUTADO BETINHO GOMES	PPS – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES	PSDB
DEPUTADO PEDRO EURICO	PSDB
DEPUTADA CEÇA RIBEIRO	

SUPLENTES

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO	PARTIDO
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PFL
DEPUTADA JACILDA URQUISA	PT
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO	PMDB
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS	PSB
	PSC

11ª COMISSÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO ALF	PTB - PRESIDENTE
DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO	PFL – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO CIRO COELHO	PFL
DEPUTADO FERNANDO LUPA	PSDB
DEPUTADO NELSON PEREIRA	PC do B

SUPLENTES

DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PARTIDO
DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÓA	PP
DEPUTADO GERALDO COELHO	PSC
DEPUTADO SILVIO COSTA	PFL
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PMN
	PT

12ª COMISSÃO: NEGÓCIOS INTERNACIONAIS E ASSUNTOS DE INTERESSE LATINO AMERICANO

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO MANOEL FERREIRA	PFL – PRESIDENTE
DEPUTADO BRUNO ARAÚJO	PSDB – VICE-
PRESIDENTE	
DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÓA	PSC
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PV
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS	PRP

SUPLENTES

DEPUTADO ANTÔNIO MORAES	PARTIDO
DEPUTADA CEÇA RIBEIRO	PSDB
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ	PP
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO	PMDB

13ª COMISSÃO: DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

FALTA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS

14ª COMISSÃO: REDAÇÃO DE LEIS

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS	PMDB – PRESIDENTE
DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR	PSB – VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO ELIAS LIRA	PFL
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS	PSC
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS	PRP

SUPLENTES

DEPUTADA ANA RODOVALHO	PARTIDO
DEPUTADO ALF	PRTB
DEPUTADA JACILDA URQUISA	PTB
DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO	PMDB
DEPUTADO IZAIAS RÉGIS	PFL
	PTB

Obs: A Deputada Ceça Ribeiro encontra-se sem partido.